

Ambiguidades inerentes à acumulação flexível

Ambiguities inherent to the flexible accumulation

Roney Gusmão Carmo

Professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRB/CECULT

guzmao@hotmail.com

Artigo recebido para revisão em 23/09/2014 e aceito para publicação em 18/12/2014

Resumo

As mudanças sinalizadas pela acumulação flexível impactaram diversas esferas da sociedade em diferentes *lôcus* ao redor do mundo. Embora o capitalismo flexível tenha uma conotação basicamente econômica, sua atuação atingiu a subjetividade dos sujeitos, reorganizou os espaços urbanos e impôs novas condições que atingiram radicalmente a relação dialética entre o “local” e o “global”. De todo modo, falar de acumulação flexível é falar de uma etapa histórica do capitalismo, o que implica em considerar as novas estratégias de perpetuação do capital num contexto de transitoriedade política e social.

Palavras-chave: acumulação flexível, desigualdade, dialética, capitalismo.

Abstract

The changes signaled by flexible accumulation impacted various spheres of society at different spaces around the world. Although flexible capitalism has an economic connotation, its performance has reached the subjectivity of the subjects, reorganized the cities and imposed new conditions that have reached radically dialectical relationship between "local" and "global". Anyway, speaking of flexible accumulation, is talking about a historical stage of capitalism, which involves considering new strategies for the perpetuation of the capital in a context of political and social transience.

Keywords: flexible accumulation, inequality, dialectics, capitalism.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente estamos desenvolvendo estudos em torno dos impactos da reestruturação produtiva no município de Vitória da Conquista (Bahia) nesses últimos anos. Embora as transformações locais aparentemente demonstrem-se advindas de uma dinâmica interna à cidade, entendemos que tal perspectiva negligencia a globalidade que marca a economia capitalista nesse início de século. Com quase simultaneidade, a cidade de porte médio a qual nos referimos, recebeu uma quantidade significativa de empreendimentos advindos do capital externo, são hipermercados, shopping-centers, lojas de departamentos, redes de *fast-foods* que geraram uma sensação metropolitana à dinâmica local.

Essas transformações se tornaram pretexto político de campanhas partidárias que sempre salientaram o teor vigorante da aparente sensação de prosperidade nesses últimos anos, fato que atingiu profundamente o imaginário popular e as representações esboçadas pelos discursos dos sujeitos acerca do superficial cosmopolitismo local. Na ótica do senso comum, Vitória da Conquista hoje é “cidade grande”, cujo espaço tem sido trincado por logomarcas, mega-empreendimentos e

condutas voltadas a um consumismo esvaziado de sentido, porém sincronizado às tendências do “mundo moderno”.

Se por um lado, a dinâmica econômica local tem gerado uma consensual percepção de que a cidade tem prosperado, por outro os efeitos perniciosos dessas mudanças só são percebidas quando se excede a aparência e se adentra a realidade de exclusão que coexiste com a ascensão econômica. Embora, os grandes empreendimentos comerciais tenham alterado o espaço e as relações de trabalho locais, tal processo mascara a contradição e encobre a exclusão advinda das condições impostas pela atual fase do capitalismo.

O referido “progresso” promoveu uma rápida transnacionalização do mercado local, impondo realidades hostis à sobrevivência de comerciantes menores. Assim, a visibilidade de micronegócio se tornou um desafio sufocante, já que os custos de perpetuação no cenário econômico se tornaram por demais insuportáveis ao pequeno investidor. Somado à especulação imobiliária e ao marketing avassalador exercido pelos grandes negociantes, as condições de concorrência e o contraste nas fachadas prediais tornaram os pequenos empreendedores invisíveis. Ademais, as novas formas de gestão, que acompanham a internacionalização do capital depois dos anos 1990, apenas sofisticaram as formas de exploração da mão-de-obra, com incremento de mecanismos ideológicos e subjetivos, de modo a liquidar a filiação sindical e qualquer ótica coletivista dos trabalhadores. Obviamente, este viés mais cruel da transnacionalização dos mercados não se escancara aos olhos, ao contrário, mostra-se ofuscado por uma aparência de sofisticação e progresso que se impõe no próprio desenho urbano e na arquitetura gigante dos empreendimentos erigidos nesse contexto.

Assim, para além das aparências, esse texto pretende esquadrihar os efeitos da acumulação flexível no cenário local, salientando o lócus em análise como parte de uma totalidade dialética, inscrita numa história em curso, cuja análise solicita considerar a amplitude dos metabolismos sinalizados pelo capital no decorrer dos últimos séculos.

2. ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: CONCEITO, CONTEXTO E CONTRADIÇÕES

Extraímos o termo “acumulação flexível” da obra de Harvey (1993), que entende tal fenômeno como uma contraposição ao processo produtivo vigente até meados do século XX. É interessante ressaltar que o modelo taylorista/fordista vigorante na primeira metade do século XX, embora não tenha aportado tão visivelmente no Brasil, se calcava numa produção de mercadorias estandardizadas produzidas em larga escala com vistas à estocagem. As grandes fábricas fordistas, traçadas por linhas de montagem se demonstraram pedadas e rígidas demais para o contexto histórico vigorante em meados do século XX, uma vez que as inconstâncias do sistema, oscilante

pelas sequentes crises, solicitavam um sistema flexível e, portanto, organizado por uma gestão preparada a diferentes condições de crescimento e encolhimento do sistema econômico. Concordamos com Harvey (1993), quando afirma que o fordismo se mostrava oportuno num cenário de crescimento econômico, rígido demais para suportar adversidades econômicas; ao passo que a acumulação flexível se adequa a um cenário de incertezas e volatilidade, insinuando um modelo produtivo sincronizado à efemeridade do mercado.

O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum ideal. Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. “Não há mais longo prazo” desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento (SENNET, 2009, p. 33).

É, portanto, nesse contexto de incertezas oscilantes do sistema econômico global, que nasce paulatinamente a acumulação flexível. Trata-se de uma mudança de gestão e perspectivas internas à empresa, porém, mais que isso, refere-se ao avassalador processo de desterritorialização com busca voraz por novos nichos do mercado consumidor, com maximização da concorrência e remodelagem da arena predatória de consumo global. No contexto de acumulação flexível, países em desenvolvimento, como o Brasil, receberam um contingente imenso de transnacionais, fenômeno apoiado por uma política neoliberal absolutamente complacente com a atual dinâmica do capital (HARVEY, 1993).

Nesse cenário, as metas dos governos brasileiros no período de transição entre séculos XX e XXI, foram marcadas pela liberação econômica e realçadas por estratégias de favorecimento às condições de lucratividade das transnacionais. As condições de lucratividade em território brasileiro se tornaram tão propícias, que as empresas aportaram aqui numa atuação cada vez mais predatória, contando com flexibilização de leis trabalhistas, supressão de sindicatos, isenção fiscal e demolição da concorrência com micro-empresendimentos. As fusões e formações de grandes conglomerados resultaram numa acumulação de capitais que lhes permitiram investir amplamente em marketing e na remodelagem de suas franquias, que houve polarização extremada do mercado consumidor.

O contexto atual, marcado por um capitalismo flexível, se caracteriza pela ampliação dos mercados, especialmente com a transnacionalização do capital e por uma avassaladora polarização do consumo efetuado por mega-empresendimentos que têm atingido diversos espaços do planeta. O formato de gestão, alicerçada na minimização dos custos produtivos, se tornou então mais eficiente para as inconstâncias do mercado e para os momentos de desaquecimento da economia, fazendo, então, da flexibilidade um princípio de sobrevivência empresendadora no contexto atual.

Evidentemente, a acumulação flexível não corresponde apenas a uma adequação dos modelos de gestão equalizados às demandas atuais; trata-se, sobretudo, de uma remodelagem na

subjetividade intrínseca à prática social cotidiana de homens e mulheres presentes nesse contexto. A necessidade de fomento ao consumo, associado à sofisticação da era técnico-científica e informacional, tem atingido as relações sociais, afetando o mais profundo das emoções, sonhos, fantasias, desejos e ambições dos seres humanos. Assim, a obsessão pela compra, a obsolescência das mercadorias, bem como o fetichismo exercido pela propriedade tem acarretado num endividamento sufocante e numa busca desenfreada pelo consumo na ilusória tentativa de encontrar na compra a satisfação de todas as demandas mais particulares dos sujeitos. Por efeito, constrói-se uma humanidade agarrada pela sensação fugidia gerada pelo consumo e por um individualismo embrutecedor, com apego visceral à superficialidade do *status* promovido pela aquisição de coisas, que, nesse contexto, se sobrepõe a valores outros.

A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores [...] A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1993, p. 148).

A dissolução de ideias agregadas ao coletivismo se torna tamanha que, inclusive, os trabalhadores serão atingidos em sua subjetividade por novos paradigmas individualizantes. Ainda no início do século XX, os grandes e desconfortáveis galpões das montadoras de veículos nos países desenvolvidos possuíam grandes contingentes de trabalhadores que estabeleciam entre si relações sociais e profissionais, marcadas por um inevitável senso de identidade que os unia. A condição de explorados os conectava, ao ponto de gerar a percepção de que se convivia cotidianamente com problemas econômicos semelhantes, demandas sociais semelhantes que, por efeito, fizeram brotar reivindicações semelhantes. Nessa situação, os trabalhadores foram se articulando, atingindo níveis elevados de organização sindical e recebendo direitos trabalhistas consideráveis. No Brasil, somente a década de 1980 apresentou refrações desse contexto de lutas, com marcantes movimentos sociais que tomaram as ruas, bem como conquistas sindicais significativas que, inevitavelmente fortaleceram o senso de coletividade entre os trabalhadores.

Com o advento da produção flexível e de suas inovações técnico-gerenciais, com a exemplaridade da fábrica enxuta, a fragmentação crescente da classe trabalhadora, advinda das transformações das relações salariais, com a fragilização do poder de pressão dos sindicatos e a desmobilização visível dos movimentos operários nos últimos trinta anos, fica cada vez mais difícil construir identidades sólidas pela via do trabalho. A situação de instabilidade que caracteriza as novas formas de emprego, surgidas no contexto da flexibilização produtiva e normatizadas sob a égide de políticas de inspiração neoliberal, torna as trajetórias profissionais bastante imprevisíveis (BARBOSA, 2011, p. 3).

Entretanto, o final do século XX foi caracterizado pelo desmantelamento do perfil de trabalhador até então existente. A articulação sindical, bem como as conquistas dela advindas, se tornaram por demais onerosas, o que redundou no aumento dos custos de produção e consequentes danos à competitividade num cenário de acirrada disputa por mercados. Barateamento dos custos de produção se tornou, portanto, condição de sobrevivência no contexto de flexibilidade, gerando uma disseminação do modelo japonês de gestão que contribuiu para reorientar as relações de trabalho na atualidade.

Dessa forma, a lógica da individualização da ação inerente à estrutura da empresa neoliberal em rede e financeirizada predomina sobre a lógica da ação coletiva inerente ao sindicalismo. A condição fragmentária [...] produz efeito assíncrono: a multiplicidade de temporalidades, deriva do labor cotidiano, “bloqueia” severamente a ação propriamente coletiva. [...] E as lutas mais ou menos vinculadas ao reconhecimento da dignidade individual – contra o assédio moral, pelo direito de ir ao banheiro, pela ampliação dos intervalos, pela melhoria dos lanches... – acomodam-se no espaço outrora reservado às lutas salariais do conjunto da categoria (BRAGA, 2009, p. 86).

As ideias de Taichi Ohno se apoiavam no desmembramento da esteira rolante do padrão fordista, sinalizando para a inserção de todos os trabalhadores na totalidade do processo produtivo. Foram criadas ilhas de trabalho, com rotatividade de lideranças e alternância de membros, sendo, então, traçadas metas e incentivos permanentes aos trabalhadores para alcance do que era entendido como “vitória de todos”. De modo bastante peculiar, o modelo japonês passou a fazer uso de artifícios para atingir a subjetividade dos trabalhadores, introduzindo comparações metafóricas aos treinamentos, como: “somos a família Toyota” ou também através do uso de contos, parábolas e comparações com práticas esportivas de modo a convencer os funcionários de que esta correspondia a uma gestão solidária, carente da adesão “voluntária” de todos (ALVES, 2011).

O sistema Toyota teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; em seguida evoluiu para tornar-se um verdadeiro sistema de produção. Dada sua origem, esse sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção de massa planejado é relativamente refratário à mudança, o sistema Toyota, ao contrário revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso (OHNO apud PINTO, 2010, p. 61-62).

O poder coercitivo da ideologia flexível do toyotismo impactou de tal forma a subjetividade de homens e mulheres que qualquer conduta de não adequação e reivindicação passou a ser considerado rebeldia. Agora, a dimensão humana e psicológica presente nos treinamentos se tornou esvaziada de coletivismo e calcada num individualismo doentio, capaz de mutilar a coletividade sindical de outrora.

A segmentação dos empregos, do mesmo modo que o irresistível aumento dos serviços, acarreta uma individualização dos comportamentos no trabalho completamente distinta das regulações coletivas da organização “fordista”. Não basta mais saber trabalhar, é preciso

saber tanto quanto, vender e se vender. Assim, os indivíduos são levados a definir, eles próprios, sua identidade profissional e a fazer com que seja reconhecida numa interação que mobiliza tanto um capital pessoal quanto uma competência técnica geral (CASTEL, 1998, p. 600).

O trabalho ideológico da acumulação flexível introduzia artifícios psíquicos, imagéticos, discursivos e políticos para capturar a subjetividade dos sujeitos e impor, pelo consentimento, uma prática superficialmente coletivista, mas voltada para a lucratividade máxima dos donos do capital. O aviltamento do trabalho se tornou mascarado por uma sofisticação ideológica dos mecanismos de exploração, agora tidos como “bem comum”.

As inovações sociometabólicas do capital se disseminam por meio de treinamentos em empresas, políticas governamentais, currículos escolares, aparatos midiáticos da indústria cultural e, inclusive, igrejas, que constituem uma plethora de “valores expectativas e utopias de mercado” que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção social. Eles são uma espécie de “nova língua” ou espécie de vulgata do capitalismo neoliberal. É o que Bordieu e Wacquant denominam de “imperialismo simbólico” (ALVES, 2011, p. 90).

Evidentemente, para que este projeto burguês de sociedade flexível ocorresse, o Estado dispôs sua máquina para o capital privado, consentindo com a supressão de direitos e proliferação de relações frágeis de trabalho, intermediando, inclusive, muitas dessas relações de exploração com programas de fomento à contratação. A centralização do capital se tornou, destarte, a máxima desse novo capitalismo flexível, recrudescendo a desigualdade social e disseminando um novo perfil de trabalhador, de cidadão e de ser humano, agora sob o estigma do consumo e da subsunção à ação predatória do capital.

A socialização do trabalhador nas condições capitalistas envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e pretensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem trabalho. Também aqui o “modo de regulamentação” se torna uma maneira útil de conceituar o tratamento dados aos problemas da organização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares. (HARVEY, 1993, p. 119).

3. A ACUMULAÇÃO PRODUTIVA NUMA PERSPECTIVA DIALÉTICA

A imbricação das partes dentro de uma totalidade dialética é parte fundamental dos caminhos teórico-metodológicos da pesquisa a qual debruçamos. Entendemos que todo microcosmos está inscrito numa dinâmica mais ampla que compõe um todo orgânico, cujas metamorfoses são imprescindíveis para compreensão de fatos locais. Nesse sentido, entender as

metamorfoses sociais, econômicas ou políticas de um recorte empírico qualquer, recruta investigar os trâmites históricos da totalidade que inferem sentidos à partícula em análise.

Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondem adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio. (KOSIK, 2010, p. 49).

Naturalmente, a totalidade dialética a qual nos referimos possui um curso histórico, cujos caminhos são entendidos na conexão entre passado e presente. Por esta constatação, o contexto atual de capitalismo flexível é um fenômeno histórico, em que sua compreensão ocorre mediante análises acerca das diferentes estratégias do capital em subsistir no decorrer dos tempos. Hoje, a acumulação flexível é condição de sobrevivência do capitalismo mediante os desafios postos numa conjuntura de incertezas e num arranjo econômico variante.

Em um sistema burguês desenvolvido, toda relação econômica pressupõe outras relações na forma econômica burguesa e, portanto, todo fato é ao mesmo tempo um pressuposto; assim efetivamente acontece em todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem os seus pressupostos, e o seu desenvolvimento no sentido da totalidade consiste justamente no submeter a si todos os elementos da sociedade ou no criar para si os órgãos que ainda lhe faltam. Transforma-se em totalidade histórica. O desenvolvimento rumo a esta totalidade é um momento do seu processo, de seu desenvolvimento. (MARX *apud* KOSIK, 2010, p. 59).

A volatilidade do capital, associada a uma tecnologia cada vez mais globalizante, gerou uma rede infindável de empresas com unidades produtivas espalhadas pelo mundo. Essas redes gerenciam distintos mercados consumidores, impondo padrões de consumo e remodelando o comportamento das pessoas pela criação de necessidades e fetiches moldados à prioritária ideia de consumo extremado. No interior de países com economia vulneráveis às inconstâncias do mercado global, as empresas transnacionais se espalharam de um modo acelerado nesse início de século, instituindo polos de consumo e reestruturando o espaço urbano de muitas cidades.

Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e mais inexorável – e, nesse sentido, “totalitário” – do que o sistema de capital globalmente dominante, que impõe se critério de viabilidade em tudo, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as maiores empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisão no âmbito dos monopólios industriais, favorecendo sempre os mais fortes contra o mais fraco (ANTUNES, 2001, p. 25).

Nesse início de século XXI, grandes redes de *fast-foods*, além de shopping-centers e lojas de departamentos franquizadas, aportaram cidades de porte pequeno e médio, gerando uma reorganização urbana em cidades que, até então, desconheciam essa dinâmica metropolitana. É necessário salientar que essas grandes empresas possuem algumas características marcantes: i. Adquirem mercadorias em larga quantidade, sendo possível, então, negociar valores com o

fornecedor e repassar a redução do preço ao consumidor, fato que barateia por demais o valor das mercadorias e acirra a concorrência; ii. Em parcerias com operadoras de créditos, essas grandes lojas facilitam o crediário com o cartão próprio, o que gera deslumbre no consumidor pela possibilidade de dividir compras em parcelas a perder de vista, mesmo mediante um endividamento sufocante; iii. O poder financeiro dos mega-empreendimentos permite-lhes investir cifras milionárias em *marketing* altamente meticuloso e de larga abrangência, de modo a convencer a população sobre qualidade e *status* embutidos em suas mercadorias; iv. O investimento material também é gigante, fato que ostenta poder dessas grandes empresas na fachada do prédio, na organização de vitrines e na capacidade de arcar com o ônus tributário de espaços urbanos privilegiados (CASTEL, 1998).

Essas especialidades são suficientes para arruinar os micronegócios locais das pequenas e médias cidades, impondo condições insuportáveis para os pequenos investidores. Assim, ocorre um processo de polarização extrema de consumidores e simultânea marginalização dos pequenos proprietários, gerando uma sensação de defasagem das pequenas lojas, agora avaliadas por consumidores capturados pelo deslumbre sutilmente imposto pelo capital internacional.

Nesse contexto, o consumidor local se tornou mais exigente, hoje coagido por trabalho midiático que equaliza o perfil de consumo às tendências globais, obsolescendo cada vez mais as relações de consumo visíveis até século passado, quando o consumidor se adequava à oferta e não o inverso. Agora, a diversidade de mercadorias, o reconhecimento de tendências globais e os trabalhos precisos com a superficialidade imagética são pontos imprescindíveis para sobrevivência no mercado.

Para desenvolvimento da pesquisa no curso do doutorado¹, tornou-se necessário entrevistar lojistas e ex-lojistas do comércio local em Vitória da Conquista (Bahia). De um modo geral, o que se observou é que os entrevistados não demonstravam grande otimismo com a lucratividade do comércio para os investidores locais. Eis a razão do saudosismo com os anos 1970 e 1980, período em que a concorrência não demonstrava grande ameaça, época também caracterizada pelo ingresso de uma clientela residente em distritos e cidades circunvizinhas sedenta por consumir num comércio hoje concebido como popular e de menor importância.

Por essas razões, as transformações na realidade comercial da cidade nessa virada de séculos não são vistas com bons olhos pelos lojistas entrevistados. Há uma sensação de constrangimento promovido pelos amplos prédios preenchidos pelas lojas de capital externo, fato que marginaliza o comércio local, colocando-o numa posição secundária, incapaz de atrair grandes contingentes de

¹ Desenvolvemos tese intitulada “Memória do trabalhador no contexto da acumulação flexível”, em que partimos do comércio varejista do município de Vitória da Conquista – BA, para compreender os efeitos da acumulação flexível nos diferentes espaços urbanos.

consumidores. Ainda que essas transformações hoje forcem os lojistas a se equalizarem às tendências internacionais, que tem afetado todos os ramos da economia, existe uma subvalorização das pequenas lojas, frequentemente vistas como obsoletas e impossibilitadas de acompanharem a sensação metropolitana adquirida no atual contexto de fusões corporativas e expansão de mega-estabelecimentos comerciais.

Questionamos a todos os entrevistados: “Você me aconselharia iniciar uma atividade comercial hoje?” e a resposta foi categórica para a maioria: “Não”. O pessimismo com o comércio conquistense hoje se dá pela elevada carga tributária, pela grave especulação imobiliária que aumentou por demais o preço do aluguel (pago facilmente por grandes lojas de capital externo) e, principalmente, devido à concorrência com mega-empreendimentos, que tem arrebatado multidões de consumidores através de um meticuloso trabalho de marketing e das imbatíveis condições de venda. Concluem, então, que abrir um novo empreendimento nessas condições se tornou muito arriscado e, por demais, frustrante.

Mais uma vez precisamos salientar que esse pessimismo descrito, bem como as razões para tal, se conecta perfeitamente à dinâmica capitalista vigorante no período ao qual nos referimos. Ora, um governo neoliberal, cimentado por uma carga tributária sufocante para o micro-empresário, favorece o ingresso do capital externo e, conseqüentemente, corrobora com a concentração de renda que, por efeito, torna as condições de sobrevivência absolutamente desiguais, com o crescimento macrocéfalo de uma economia cada vez mais polarizada e regida pelo gigantismo de poucos. De modo semelhante, a especulação imobiliária apenas contribui para esse processo de exclusão da micro-empresa, pois a lógica é simples e cruel: se há grandes corporações que pagam caro por instalações amplas no comércio, logo, todos os demais devem seguir a tendência de supervalorização imobiliária. A dúbia realidade de expansão e exclusão é, portanto, a máxima do capitalismo nesse início de século XXI.

Nesse cenário de profundas mudanças, a década de 1990 sinalizou para um recrudescimento cada vez maior da desigualdade, com uma exclusão violenta dos investimentos locais e favorecimento extremo dos grandes empreendedores, tudo isso maquiado por uma sensação de prosperidade advinda de um expansionismo concentrador do capital.

4. Considerações Finais

Embora o discurso embutido na base política do capitalismo flexível aponte para uma maior democratização do consumo e conseqüente melhoria da qualidade de vida geral, na prática esse *slogan* tem mascarado os efeitos mais perniciosos dos novos paradigmas de acumulação. A permissividade dos governos tem gerado um processo desenfreado de expansão das transnacionais,

obrigando micro-empresendimentos a recuarem em seus espaços de atuação, cuja identidade parece estar sendo substituída por uma transnacionalização massificada. O posicionamento saudosista dos comerciantes entrevistados demonstra essa sensação de não mais reconhecimento daquele comércio de outrora, cuja dinâmica parecia tão previsível e amigável. Hoje, para aqueles que insistem no comércio, o cenário se demonstra hostil, trincado por um estrangeirismo cosmopolita, violento em seu poder de persuasão e exclusão.

A realidade antagonica de expansão e exclusão, crescimento e degradação, sofisticação e abandono, parecem coexistir num cenário onde o “novo” e o “velho”, o arrojado e o defasado se hostilizam na tentativa de prevalência num contexto de disputa acirrada. A acumulação flexível, como se supunha, agudizou a contradição local, impondo uma “permissividade” econômica – base do Estado mínimo – capaz de favorecer os grandes conglomerados transnacionais, cujo crescimento se dá pela polarização do consumo e bancarrota dos micro-empresendimentos, hoje higienizados do novo cenário econômico urbano. Nesse contexto, a internacionalização do capital revela apenas o interesse do capital pela conquista de novos mercados de consumo na ânsia por fazer perpetuar o ciclo do consumo, que mantém a hegemonia burguesa. O Estado, então, é acionado para legitimar essa necessidade e garantir sua perpetuação.

A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda parte. [...] A sociedade burguesa é muito estreita para conter as suas próprias riquezas. E como a burguesia vence estas crises? De um lado pela destruição violenta de grande quantidade das forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela intensa exploração dos antigos. Portanto, prepara crises mais extensas e mais destrutivas, diminuindo os meios de evita-las. (MARX *apud* FRIGOTTO, 1998, p. 44).

Os comerciantes locais, em grande parte, ainda insistem no negócio que possuem, mas demonstram-se constrangidos por um pessimismo paralisante. Estão cientes de que o novo cenário econômico requer investimentos amplos na fachada do estabelecimento, no marketing da empresa, na redução da margem de lucros para dar conta da concorrência; porém são impelidos pela prudência decorrente de suas limitações econômicas. As taxas de juros embutidas nos empréstimos, além da elevação exorbitante do aluguel, as incertezas com um mercado consumidor cada vez mais fugidio, impedem que os comerciantes almejem ter muito além do que hoje possuem.

A incerteza, imposta pela acumulação flexível, ilustrada pela volatilidade do capital e pelas oscilações constantes do sistema econômico, parece ter chegado a Vitória da Conquista dentro do pacote de mudanças impostas pela transnacionalização da economia. Viver numa cidade de porte mediano, inserida nesse cenário de transformações econômicas dessa virada de séculos, implica em visualizar uma aparente prosperidade, materializada pelo metropolitanismo esvaziado de sentido, mas capaz de omitir uma perversa exclusão consentida pelos governos na contemporaneidade.

É nessa condição que a memória dos lojistas perpassa por um saudosismo acerca de outro cenário, desenhado por condições concretas muito distintas das que hoje percebemos e muito mais propícias à sobrevivência e criação de perspectivas. Dessa forma, os anos 1970 e 1980 são apontados, em outros termos, como épocas cujos sonhos ainda subsistiam, cujas possibilidades ainda eram cogitadas. Quando historiadores definem a década de 1980 como “década perdida”, cabe ponderar que este slogan possui posicionamentos ideológicos que falseiam a totalidade implícita na dinâmica capitalista: “Perdida para quem?”. Os índices de crescimento econômico hoje divulgados devem ser, portanto, relativizados, pois precisam considerar o caráter concentrador dos novos paradigmas de sobrevivência do capital.

Dessa forma, as representações concretas dos entrevistados se equalizam às condições materiais de existência que, por efeito, se remodelaram no transcurso do tempo. Falar sobre ter um “negócio próprio” hoje é falar num tom de descrédito, ao passo que, remeter para os “tempos áureos do comércio conquistense”, implica numa nostalgia muito atrelada às possibilidades de ascensões significativas do que, até então, não necessitava da nomenclatura “local”.

REFERÊNCIAS:

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **O sistema do metabolismo social do capital e seu sistema de mediações**. In: ____ (org.). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Biotempo, 2001.

BARBOSA, A. M. S. **O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho**. *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 19, Num. 38. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a08.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2013.

BRAGA, R. **A vingança de braverman: o infotaylorismo como contratempo**. In: ANTUNES, R. & BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. Iraci Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: ____ (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 1993.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SENNET, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 2. ed. Trad. Marcos Santarita. Rio de Janeiro: Record, 2009.